

TJMG - Seleção de Estagiários: Graduação em DIREITO, PSICOLOGIA e SERVIÇO SOCIAL.

CADERNO DE QUESTÕES - ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

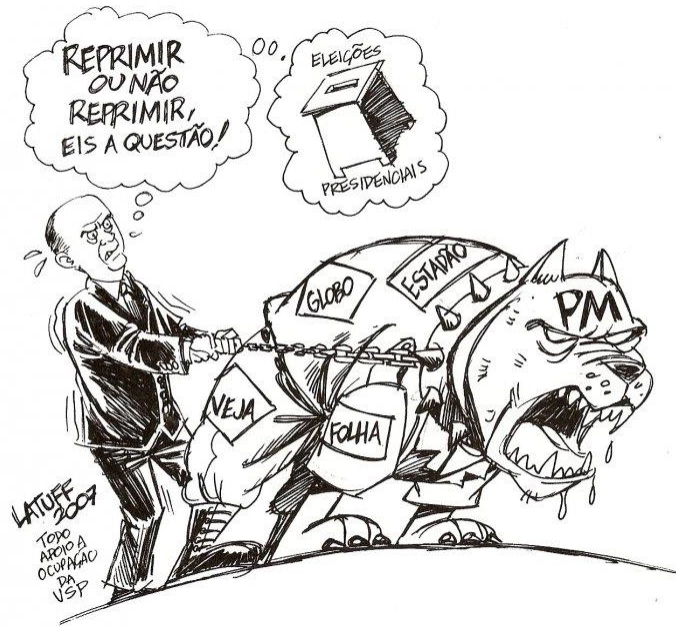
RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES:

- Ao abrir o caderno, confira as sequências das questões, verificando se o caderno está completo.
- Em caso de dúvidas, solicite a presença do Fiscal de Sala e, se necessária, a presença do Coordenador.
- Deixe sobre a carteira o documento de identidade com foto (não pode ser xerox) e caneta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- O candidato deverá portar somente os objetos citados no item anterior, sendo vedado o uso de líquido corretor de texto, fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapiseira/grafite, borracha e lápis borracha.
- É proibida a comunicação entre os candidatos, bem como utilizar ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer tipo, *tablet*, mp3, bem como a utilização ou o porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné e gorro.
- Será eliminado o candidato que durante a realização das provas fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações.
- Após o início das provas, só poderá sair de sala um candidato de cada vez, para ir ao banheiro ou beber água. O candidato será acompanhado por um fiscal volante.
- Após a devolução da folha de respostas, o candidato deverá se retirar imediatamente do local das provas, não sendo possível a utilização de banheiros ou de bebedouros.
- Coloque todo o material (bolsas, apostilas, celular, relógios e livros) embaixo da cadeira ou em local indicado e verifique se o celular está desligado.
- Após a resolução das questões da prova, transfira as respectivas respostas para a Folha de Respostas, assinalando apenas uma resposta para cada questão.
- A Folha de Respostas deverá ser marcada da seguinte forma: ■
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas ou da Folha de Texto Definitivo, por erro do candidato.
- Assine a Folha de Respostas no local apropriado e não faça qualquer marcação que não seja nas opções de respostas. Não é permitido que o candidato realize anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio, seja no Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI, ou em outros papéis, documentos e partes do corpo.
- As provas terão duração de 4 (quatro) horas, sendo que este intervalo de tempo abrange também a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas e para a Folha de Texto Definitivo da Prova Dissertativa.
- O candidato poderá levar o caderno de questões somente a partir das últimas duas horas destinadas à realização da prova.
- Será obrigatória a permanência dos dois últimos candidatos de cada sala até que o último deles entregue a sua prova.
- NÃO HAVERÁ, EM QUALQUER HIPÓTESE, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS POR ERRO DO CANDIDATO.

seapconcursos.listaeditais.com.br

QUESTÕES

1) Leia a charge a seguir e assinale a alternativa **INCORRETA**.



Fonte: <http://estudante.blogspot.com/2011/06/charges-da-educacao-brasileira.html>

- (A) Essa charge é um produto da enunciação, muitas vezes, com algumas marcas da enunciação que nos ajudarão na tarefa de decodificá-la.
- (B) Essa charge é dinâmica: principia quando o emissor realiza o processo de textualização e só termina quando o destinatário cumpre sua tarefa de interpretação.
- (C) Essa charge foi feita para uma ocasião e público indeterminados e possui somente algumas marcas de textualização.
- (D) Essa charge preconiza uma concepção de discurso, ou seja, a enunciação quer dizer algo importante para um determinado público de nossa sociedade.

2) Leia o texto a seguir e marque a alternativa **CORRETA**.

A seleção francesa foi apontada como favorita para a Copa de 2018, **porém** o técnico precisou fazer alguns ajuste até a estreia, **porque** os atacantes e os laterais desse time precisavam treinar mais um pouco. No fragmento acima foram usadas e destacadas, respectivamente, as seguintes conjunções:

- (A) aditiva e adversativa.
- (B) alternativa e conclusiva.
- (C) consecutiva e conformativa.
- (D) adversativa e causal.

3) No texto: “Quase 3 milhões de empresas já aderiram ao novo sistema tributário, por isso nove estados ainda resistem às novas regras, porém oneram os empreendimentos” há um problema, predominantemente, de:

- (A) coerência textual.
- (B) domínio da norma culta.
- (C) citação ou paráfrase incompatível com o original.
- (D) emprego incorreto de pronomes.

4) Leia o texto a seguir e assinale a alternativa CORRETA.



FONTE: Disponível em: <http://www.google.com.br>

Para a interpretação do conjunto de informações do texto anterior que utiliza tanto o texto verbal quanto o não-verbal, é necessário considerar somente que :

- (A) o uso adequado de signos verbais e não-verbais permite que se elimine um dos códigos, porque as informações são fornecidas pelo outro.
- (B) o uso dos dois tipos de textos ilustra uma representação real de mundo, a partir da falta de progressão textual do próprio texto.
- (C) a comunicação plena desse texto não depende do seu conteúdo adequado a um estado de coisas no mundo real.
- (D) a coerência do texto se constrói na integração das informações constituídas em linguagem verbal e não-verbal.

5) Leia abaixo um fragmento da canção “Samba do Arnesto”, de Adoniran Barbosa.

“O Arnesto nos convidou pra um samba, ele mora no Brás
Nós fumos não encontremos ninguém
Nós voltermos com uma baita de uma reiva
Da outra vez nós num vai mais
Nóis não semos tatu!”

Nessa canção existe uma predominância de linguagem:

- (A) formal.
- (B) informal.
- (C) culta.
- (D) padrão.

6) Leia os fragmentos de textos a seguir.

“Tornamo-nos personagens de uma estória inventada, “atores” de teatro. “Não é incrível que um ator, por uma simples ficção, um sonho apaixonado, amolde tanto sua alma à imaginação, que todo se lhe **transforme** o semblante, por completo o rosto lhe empalideça, lágrimas vertam dos seus olhos, suas palavras tremam e, inteiro seu organismo se acomode à essa mera ficção?”

“Tornamo-nos personagens de uma estória inventada, “atores” de teatro. “Não é incrível que um ator, por uma simples ficção, um sonho apaixonado, amolde de tanto sua alma à imaginação, que todo se lhe **altere** o semblante, por completo o rosto lhe empalideça, lágrimas vertam dos seus olhos, suas palavras tremam e, inteiro seu organismo se acomode à essa mera ficção?”

Fonte: <<http://www.rubemalves.com.br/cronicasfolha.htm>>.

As palavras destacadas neles são um caso de:

- (A) homonímia.
- (B) antonímia.
- (C) gíria.
- (D) sinonímia.

7) Todo artista é um fingidor. Todo leitor tem de ser um fingidor. Fingir, brincar de fazer de contas, tratar as coisas que são como se não fossem e as coisas que não são como se fossem! É dessa loucura que surgem as mais belas criações da arte e da ciência. Por isso, eu me daria por feliz se a educação fizesse apenas isso: introduzir os alunos no mundo mágico do pensamento tal como ele acontece na literatura. Quem experimentou a magia do pensamento uma única vez não se esquece jamais.

(Rubem Alves)

Esse é um trecho em que o autor do texto demonstra

- (A) o quão convicto está em relação ao poder do pensamento.
- (B) o quão descrente está em relação ao poder do pensamento.
- (C) o quão incrédulo está em relação ao poder do pensamento.
- (D) o quão cético está em relação ao poder do pensamento.

8) Quanto ao uso da vírgula, a frase correta é:

- (A) Em post nas redes sociais, Eliseu Padilha disse que dos 127.778 venezuelanos que entraram pela fronteira de Pacaraima naquele período, 68.968 deixaram o território brasileiro - 47.855 por fronteira terrestre e 21.113 por voos internacionais.
- (B) Segundo o ministro há 4.000 venezuelanos em abrigos de Roraima. Outros 690 venezuelanos foram levados de modo voluntário para cidades como São Paulo, Manaus, Cuiabá e Rio de Janeiro.
- (C) Dados compilados pela Polícia Federal e divulgados durante reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial entre 2015 e junho de 2018 56.740 venezuelanos procuraram a Polícia Federal para solicitar refúgio ou residência no Brasil.
- (D) O último dado fechado em 15 de maio indicava a procura de 48.646 venezuelanos por regularização junto à Polícia Federal.

Fonte: <https://www.folha.uol.com.br/>

9) Marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) a palavra sessão quer dizer reunião. Exemplo: Assistimos a sessão de cinema.
- (B) a palavra seção tem o significado de doação (relaciona-se com o verbo ceder). Exemplo: A seção de móveis velhos ajudou aquele orfanato.
- (C) A palavra conserto significa reparo, remendo. Exemplo: O conserto do relógio sairá caro.
- (D) a palavra concerto quer dizer apresentação musical. Exemplo: Fomos assistir a um concerto no teatro municipal.

10) Sobre os verbos preferir e perdoar, assinale a frase **CORRETA** de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

- (A) Prefiro café do que chá.
- (B) Sempre preferimos viajar do que ficar na capital.
- (C) Fernando perdoou o seu irmão.
- (D) Nunca perdoaremos sua dívida.

11) Marque o enunciado no qual o uso da crase está **INCORRETO**.

- (A) Ceda à tentação; pode ser que ele não apareça novamente.
- (B) Ontem, fui à uma festa.
- (C) Enviei os convites àqueles professores de matemática.
- (D) Vou à Bahia.

12) Leia os enunciados a seguir e marque a afirmação **CORRETA**.

I - Este ambiente está tão limpo ultimamente!

II- Seu nome está limpo na praça.

III - Os donos da fazenda soltaram os cachorros para que eles pudessem vigiar a casa.

IV - Eles soltaram os cachorros quando perceberam que foram enganados!

- (A) Todos os enunciados estão no sentido denotativo.
- (B) Os enunciados I e IV estão no sentido conotativo.
- (C) Todos os enunciados estão no sentido conotativo.
- (D) Os enunciados I e III estão no sentido denotativo.

13) Sobre classes de palavras **NÃO** podemos afirmar que:

- (A) substantivo (nome) - é dita a classe que dá nome aos seres, mas não nomeia somente seres, como também sentimentos, estados de espírito, sensações, conceitos filosóficos ou políticos, dentre outros.
- (B) artigo – classe que abriga palavras que servem para determinar ou indeterminar os substantivos, antecedendo-os.
- (C) adjetivo – palavras que dão características aos numerais. Tais características podem ser boas ou ruins.
- (D) preposição – palavras que servem para ligar uma palavra à outra, estabelecendo relações entre elas.

14) No que diz respeito ao uso do superlativo, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) O médico de João era muito amável. O médico de João era amabilíssimo.
- (B) Ele sempre foi muito amigo do senador. Ele sempre foi amicíssimo do senador.
- (C) O escritor baiano era realmente célebre. O escritor baiano era celebérrimo.
- (D) O domador do circo parecia muito cruel com os leões. O domador do circo parecia cruelzíssimo com os leões.

15) Há somente uma alternativa **INCORRETA** a seguir. Marque-a.

- (A) Sujeito é o termo da oração com o qual o verbo concorda.
- (B) Quando existe um termo com o qual o verbo concorda, teremos uma oração sem sujeito.
- (C) Normalmente, o sujeito aparece em português antes do verbo.
- (D) Sujeitos podem ser elípticos ou ocultos.

Leia o texto a seguir e responda às questões **16, 17, 18, 19 e 20**.

O MITO DA LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

* BO MATHIASSEN

O que é preciso ser feito para diminuir a violência nos centros urbanos do país? A solução passa pela ação do Estado em retomar os espaços que hoje estão negligenciados e que, por isso, são ocupados por poderes paralelos, a fim de devolver a cidadania às pessoas que vivem sem a proteção da lei, como reféns do crime organizado. A relação entre violência, crime organizado e tráfico de drogas é um tema complexo e, como tal, não permite soluções simplistas, por vezes até oportunistas, que costumam aparecer principalmente nos períodos de extrema violência, quando a população se sente mais fragilizada.

Uma dessas propostas é o mito de que legalização das drogas acabaria com o crime organizado. Não se pode negar que o crime organizado tem como uma de suas sustentações financeiras o tráfico e a venda de drogas ilícitas. Parte considerável dos recursos do crime tem relação direta ou indireta com elas. Do ponto de vista "empresarial", o crime organizado irá sempre procurar as oportunidades mais rentáveis. Sequestro, tráfico de armas e de pessoas, jogo ilícito, falsificação de medicamentos, contrabando, pedofilia, extorsão, lavagem de dinheiro - todos eles financiam o crime organizado, que também engloba o comércio de drogas, mas que não pode ser colocado como consequência dele.

Se, nos anos 1920 e início dos anos 1930, a principal atividade econômica do crime organizado nos EUA estava baseada no contrabando de álcool, proibido pela Lei Seca, com a legalização dessa substância, o crime organizado não deixou de existir - apenas mudou de ramo. O debate sobre a legalização tira o foco de questões mais importantes.

Uma delas é o entendimento de que a repressão ao tráfico seja focada prioritariamente no crime organizado, nos grandes traficantes e nos financiadores do tráfico, limitando, de forma efetiva, o acesso às drogas ilegais. Nesse sentido, não adianta apenas prender os pequenos traficantes, peças facilmente substituíveis na engrenagem do crime organizado. É preciso identificar e tirar de suas posições de comando os verdadeiros líderes dessa engrenagem.

Da mesma forma, encarcerar usuários que não têm relação direta com o crime organizado não é a solução mais adequada. Quem usa drogas precisa de acesso à saúde e à assistência social, não de sanção criminal. Há uma tendência em alguns países de descriminalizar o consumo, ou seja, tirar a pena de prisão para usuários de drogas e pequenos traficantes, aplicando-lhes sanções alternativas. Essa tendência não afronta as convenções internacionais sobre o controle de drogas, que contam com a adesão universal dos países-membros das Nações Unidas. As convenções apontam quais são as substâncias que são ilegais, mas sua forma de aplicação é questão de decisão soberana de cada país.

Se a legalização das drogas não traria vantagens em termos de redução do poder do crime organizado, por outro lado, poderia ter consequências negativas incalculáveis, principalmente em termos de saúde pública. Por isso, nenhum país está propondo a legalização das drogas ilícitas.

Além disso, os países que caminham em direção a descriminalizar o uso, evitando a pena de prisão a usuários, investem maciçamente em prevenção, assistência social e ampliação do acesso ao tratamento. Nesse sentido, o debate relacionado às políticas sobre drogas não deve ser pautado somente sob a ótica da Justiça e da segurança, mas deve também incluir a perspectiva da saúde, da educação, da assistência social e, em um sentido mais amplo, da construção da cidadania.

E, nesse caso, fala-se principalmente da cidadania das pessoas que vivem em regiões nas quais não há a presença permanente do Estado. São pessoas que não se sentem amparadas pela lei e que ficam à mercê de lideranças paralelas efêmeras e muitas vezes imprevisíveis e tiranas. Em vez de simplesmente propor a legalização de substâncias ilícitas (e prejudiciais à saúde), é preciso concentrar esforços para reocupar essas áreas e libertar as pessoas que vivem sob o domínio do crime organizado.

***BO MATHIASSEN, dinamarquês, é mestre em ciência política e economia pela Universidade de Copenhague e especialista em desenvolvimento econômico pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.**

16) De acordo com o exposto no texto, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) O autor, em sua entrevista, argumenta a favor da não legalização das drogas e, enfaticamente, afirma que tal empreitada acabaria com o crime organizado.
- (B) O autor, em seu conto, argumenta que existe um mito acerca da legalização das drogas. Por essa razão, esse mito abolirá o crime organizado.
- (C) O autor, em seu artigo de opinião, argumenta o quão falacioso é a questão da legalização das drogas atrelada à extinção do crime organizado.
- (D) O autor, em sua carta, argumenta a favor da legalização das drogas, desde que essa campanha absolva todas as pessoas que vivem sob o domínio do crime organizado.

17) Em ... “**Se**, nos anos 1920 e início dos anos 1930, a principal atividade econômica do crime organizado nos EUA estava baseada no contrabando de álcool, proibido pela Lei Seca, com a legalização dessa substância, o crime organizado não deixou de existir - apenas mudou de ramo”...;

O termo destacado indica uma relação de:

- (A) finalidade.
- (B) condição.
- (C) causa.
- (D) oposição.

18) Leia o enunciado a seguir.

“Por isso, nenhum país está propondo a legalização das drogas ilícitas.”

A única alternativa a seguir que não pode substituir o trecho destacado acima, a fim de manter o seu sentido original é

- (A) Embora, nenhum país está propondo a legalização das drogas ilícitas.
- (B) Por conseguinte, nenhum país está propondo a legalização das drogas ilícitas.
- (C) Portanto, nenhum país está propondo a legalização das drogas ilícitas.
- (D) Assim, nenhum país está propondo a legalização das drogas ilícitas.

19) Leia os trechos a seguir.

... Não se pode negar que o crime organizado tem como uma de suas sustentações financeiras o tráfico e a venda **de drogas ilícitas**. Parte considerável dos recursos do crime tem relação direta ou indireta com **elas**.

... O debate sobre a legalização tira o foco de **questões mais importantes**. **Uma delas** é o entendimento de que a repressão ao tráfico seja focada prioritariamente...

... E, nesse caso, fala-se principalmente da cidadania **das pessoas** que vivem em regiões nas quais não há a presença permanente do Estado. São **pessoas** que não se sentem amparadas pela lei e que ficam à mercê de lideranças paralelas efêmeras...

Todas as palavras grifadas nos fragmentos anteriores estabelecem mecanismos de:

- (A) próclise e ênclise.
- (B) antonímia.
- (C) coesão textual.
- (D) impessoalização.

20) Em relação à macroestrutura textual, o texto de Bo Mathiasen é:

- (A) predominantemente injuntivo e argumentativo.
- (B) predominantemente argumentativo.
- (C) predominantemente narrativo e descritivo.
- (D) predominantemente expositivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CURSO DIREITO

21) Quais são os direitos básicos do consumidor, conforme o art. 6º da Lei n. 8.078/90? Analise as afirmativas a seguir.

I – “a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos” e, ainda, “a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações”;

II – “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, indiferente dos riscos que apresentem” e, ainda, “a facilitação da defesa de seus direitos, sendo obrigatória, em qualquer caso, a inversão do ônus da prova”;

III – “a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços” e, ainda, “a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas”;

IV – “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos” e, ainda, “o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados”;

V – “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências” e, ainda, “a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral”.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (B) se somente as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, III, IV e V estiverem incorretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

22) Segundo a Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) Denise é proprietária da “Pousada Recanto das Pedras”, necessitando de reforma na parte elétrica da pousada, contratou os serviços de Rogério. Passado um mês, ao utilizar a secadora de roupa, ligando na tomada reparada por Rogério, queimou o equipamento. Denise, indignada pelos serviços prestados, acionou Rogério judicialmente, requerendo indenização, atribuindo a ele a responsabilidade pelo ocorrido. Na fase de defesa, Rogério juntou aos autos do processo laudo técnico comprovando que Denise ligou a secadora de roupa na tomada de voltagem superior. Nessa situação apresentada, o juiz deverá responsabilizar Rogério, independente de culpa.

(B) Leonardo é feirante na “Praça Livre e Feira”, na Serra de Moeda, comercializando laranjas, morangos e mamões, com identificação do produtor, “Pomar Verde”. Narlla ao passar pela Serra de Moeda, adquiriu duas caixas de morango, porém os morangos vieram estragados. Ao retornar a feira, solicitou de Leonardo que fosse ressarcida. Leonardo, por sua vez disse a Narlla que o feirante que vender uma fruta estragada não poderá ser responsabilizado pelo vício se o produtor da fruta estiver claramente identificado.

(C) A legislação consumerista, ao tratar da responsabilidade pelo vício do produto ou serviço e daquela decorrente do fato do produto ou serviço, optou por atribuir a primeira, prazos decadenciais referentes ao tempo máximo para reclamar dos vícios ocultos e aparentes e prazo prescricional quando se tratar de acidente de consumo.

(D) Para a devolução em dobro, nas hipóteses de repetição de indébito de tarifa de serviços públicos, é necessária a demonstração da má-fé e culpa da concessionária, já que é indevida nas hipóteses de “engano justificado”.

23) No que concerne aos aspectos processuais dos Juizados Especiais Cíveis previstos na Lei nº 9.099/95, é **CORRETO** afirmar que:

(A) Não poderão ser partes, no processo instituído na Lei 9.099/95, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida, insolvente civil e as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

(B) No Juizado Especial Civil é lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

(C) No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, não se fará citação por edital, ainda que o réu se encontre em local incerto e não sabido, exceto em condições especiais que a parte ré esteja em local de acesso restrito, inacessível ao oficial de Justiça ou para entrega de correspondência dos Correios.

(D) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, inclusive arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se orientará pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

24) No que tange ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, como regulamentado pela Lei no 9.099/95, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O absolutamente incapaz poderá ser parte em demanda no juizado Especial Civil, desde que devidamente representado ou assistido pelos seus genitores ou tutor.

(B) Ajuizar ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente 1/3 (um terço) do valor venal expresso na guia de IPTU.

(C) Permissivas demandas de causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo vigente no país.

(D) Competente para julgamento de ação de despejo para uso próprio.

25) São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária:

(A) o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista, o regulador de avarias, o porteiro e o motorista particular do juiz.

(B) o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.

(C) o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor e o contabilista.

(D) o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.

26) Vindo de uma família numerosa e tradicional do meio jurista, no último concurso público de juiz do Tribunal de Justiça, Antônio foi aprovado e empossado em 04 de janeiro de 2017, assumindo a Comarca de Vale das Montanhas. Seus primos, Júlio, filho de seu tio Mário, por sua vez, Margarida, neta de sua tia Leide e Marcelo, filho de seu tio Aylton, são advogados. Seu bisavô, Afonso, também é advogado. Antônio, casou com Maria, vindo a divorciar posteriormente, sendo sua ex-sogra, Vilani, advogada. Conforme determina o Código de Processo Civil Brasileiro, Antônio ficará impedido de exercer suas funções de juiz nos processos contencioso ou voluntário, quando estiver postulando como advogado da parte.

(A) Júlio, Margarida, Marcelo, Afonso e Vilani.

(B) Júlio e Margarida, apenas.

(C) Afonso e Vilani, apenas.

(D) Afonso, apenas.

27) Com relação ao Código de Processo Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O termo inicial do prazo para apresentação de contestação é a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou do protocolo do pedido de cancelamento da audiência.
- (B) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, com imediata comunicação ao juiz da causa, preferencialmente, por meio eletrônico.
- (C) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (D) É matéria que deve ser alegada como questão preliminar processual, nos termos do art. 337, do CPC/2015, em sede de contestação, a impossibilidade jurídica do pedido, a ocorrência da prescrição e a denúncia da lide.

28) Sobre o fenômeno jurídico da comoriência, pode-se afirmar:

- (A) No instituto da comoriência, a presunção se relaciona com o tempo da morte simultânea de duas pessoas, que não se pode precisar qual tenha sido, e se presume que tenha ocorrido concomitantemente com a da outra pessoa que ao mesmo tempo e lugar também faleceu, sendo elas reciprocamente herdeiras.
- (B) No instituto da comoriência, a morte simultânea de duas pessoas, que não se pode precisar qual tenha sido, e que tenha ocorrido concomitantemente com a da outra pessoa, que ao mesmo tempo e lugar também faleceu, sendo elas reciprocamente herdeiras.
- (C) No instituto da comoriência, a morte simultânea de duas pessoas, que não se pode precisar qual tenha sido, e que tenha ocorrido concomitantemente com a da outra pessoa que ao mesmo tempo e lugar também faleceu, independentemente da existência de vínculo sucessório entre elas.
- (D) No instituto da comoriência, a morte simultânea de duas pessoas, que não se pode precisar qual tenha sido, e que tenha ocorrido concomitantemente com a da outra pessoa que ao mesmo tempo e lugar também faleceu, sendo elas reciprocamente herdeiras necessárias.

29) Victor, pessoa sempre ousada em seus investimentos, recebeu de herança de seu avô paterno, grande extensão de terra na região de “Lagoa Seca”, numa visão proativa, mas com escasso conhecimento na área agrícola, realizou investimentos de grande monta com plantação de mexerica ponkan. A plantação foi infectada pela doença chamada Greening, ocorrendo um enorme prejuízo, deixando Victor insolvente, não tendo condições de arcar com o adimplemento de todas as suas dívidas. Com evidente intensão de não pagar e causar prejuízos aos seus credores resolve alienar e doar todos os seus bens, impossibilitando aos fornecedores de receber os respectivos créditos. No caso hipotético apresentado, assinale o instituto jurídico que afeiçoa a situação descrita.

- (A) Ocorreu erro ou ignorância por parte de Victor que não era conhecedor do ramo de plantio de mexerica ponkan, portanto são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) Ocorreu uma lesão por parte dos fornecedores a Victor, eis sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, sem sua variável do risco do negócio que poderia ser tomado por doença de Greening.
- (C) Ocorreu fraude aos credores, pelas atitudes de Victor quando dos negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, praticando já insolvente, podendo ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- (D) Ocorreu o dolo, sendo negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

30) Dadas as assertivas abaixo, assinale a única CORRETA.

- (A) Será considerado domicílio da pessoa jurídica de direito privado que tenha estabelecimentos em lugares diferentes, somente o local onde se situar o principal estabelecimento.
- (B) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve, e se atuava em lugares diversos, deverá definir um domicílio único.
- (C) André é militar da Marinha e está servindo as forças armadas em Natal - RN. André deixou sua esposa, Marília, morando em Moeda – MG. Seu único filho, Sávio, fora estudar medicina e está domiciliado em Pelotas – RS. Por sua vez os seus pais, Vicente e Nilda, pessoas de poder aquisitivo abastado, residem em Manaus – AM. A sede do comando que André se encontra imediatamente subordinado situa-se em Florianópolis – SC. Tem-se que o domicílio civil de André é em Moeda – MG.
- (D) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes, quanto ao domicílio voluntário.

31) São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- (A) O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Os Tribunais e Juízes do Trabalho e os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- (C) Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (D) Os Tribunais de Contas da União e os Tribunais Arbitrais.

32) No que concerne aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, EXCETO:

- (A) O beneficiário do direito de resposta, quando na modalidade da retificação espontânea e na dimensão do agravo, fica impedido de prosseguir na reparação de danos por meio de ação judicial.
- (B) Um cidadão detém, mais que o direito, o dever de opor-se à ordem que, emanada de autoridades públicas, se revele manifestamente ilegal.
- (C) Em caso de flagrante delito no interior do domicílio de determinado indivíduo, no período noturno, a autoridade policial poderá adentrá-lo independentemente de determinação judicial.
- (D) Em relação ao direito de propriedade, a Constituição Federal em seu art. 5º, assegura simultaneamente o direito à propriedade e que esta cumprirá sua função social.

33) O município de Oca da Lagoa celebrou com particulares vários contratos de promessas de compra e venda de glebas de terra que não haviam sido submetidas a parcelamentos sob a égide da Lei nº 6.766/79, de sua propriedade. Ao início da nova gestão, o então prefeito empossado, promoveu anulações contratuais baseado no parecer do procurador, alegando que os parcelamentos pactuados não foram regularizados, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situa (art. 2º, § 4º, da Lei 6.766/79), o que equivale dizer deixando, assim de atenderem os requisitos legais. Os particulares prejudicados com a pretensão do município de Oca da Lagoa poderão conjurar a seu favor qual princípio do direito administrativo?

- (A) Princípio da razoabilidade, os poderes concedidos à administração devem ser exercidos na medida necessária ao atendimento do interesse coletivo.
- (B) Princípio da finalidade, que toda atuação do administrador se destina a atender o interesse público e garantir a observância das finalidades institucionais por parte das entidades da Administração Indireta.
- (C) Princípio da Presunção de Legitimidade, os atos da administração presumem-se legítimos, até prova em contrário.
- (D) Princípio da confiança legítima que traz em si a necessidade de manutenção de atos administrativos, ainda que antijurídicos, desde que verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa.

34) Leonardo, no exercício típico de suas funções de Juiz Federal, na subseção da 35ª Vara Federal de Olarias, deverá observar as normas com relação às regras de suspeição e impedimentos, pautado sempre ao princípio do direito administrativo.

- (A) Princípio do duplo grau de jurisdição.
- (B) Princípio da razoabilidade.
- (C) Princípio da impessoalidade.
- (D) Princípio da Publicidade.

35) Acerca do direito administrativo, assinale a alternativa **INCORRETA.**

- (A) O regime de direito público é regido pela autonomia na escolha dos valores a realizar e pela disponibilidade dos interesses em conflito.
- (B) Em sentido subjetivo, a administração pública compreende órgãos e agentes públicos e pessoas jurídicas públicas e privadas encarregadas de exercer a função administrativa da atividade estatal.
- (C) A administração possui prerrogativas não extensíveis às relações privadas, mas sua liberdade de ação encontra-se sujeita a maiores restrições se comparada a dos atos praticados por particulares em suas relações.
- (D) O exercício do poder de polícia reflete o sentido objetivo da administração pública, o qual se refere à própria atividade administrativa exercida pelo Estado.

36) Segundo a Lei nº 12.153 de 2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, é **INCORRETO afirmar que:**

- (A) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- (B) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- (C) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- (D) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

37) Danth, morador da pequena cidade de Mirai do Sul, adquiriu um veículo zero quilômetro pela concessionária Azul. Ao chegar em sua cidade, passeando com o seu veículo, inesperadamente caiu num buraco deixado pela Prefeitura, onde não havia nenhuma placa de sinalização. O prejuízo ficou na monta de R\$2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais), e Danth pretende ser ressarcido. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a alternativa **CORRETA.**

- (A) Danth, conversando com um grande amigo, advogado, o Dr. Fábio, solicitou informação, uma vez que, em sua Comarca é composta do Juizado Especial da Fazenda Pública e da Vara da Fazenda Pública, também o local do evento, assim lhe faculta escolher em qual Juízo propor ação, o que foi ratificado por Dr. Fábio.
- (B) Eventual sentença de procedência proferida em primeira instância será submetida ao reexame necessário, pois sucumbente a Fazenda Pública, conforme art. 11 da Lei 12.153/2009.
- (C) Julgado procedente, proferido o adimplemento, o saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, independentemente de alvará.
- (D) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

38) Assinale a alternativa **INCORRETA.**

- (A) A lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- (D) Na fase de execução da sentença condenatória, com a definição da culpa do condenado, não se aplica a *lex mitior*.

39) Em que pese ter sido adotada, pelo ordenamento jurídico, a teoria mista ou ubiquidade no que tange ao lugar do crime, esta não será aplicada em caso de prática de crimes:

- (A) Plurissubsistentes.
- (B) Permanentes.
- (C) Conexos.
- (D) Culposos contra a vida.

40) Aos crimes praticados por brasileiros no estrangeiro aplica-se a seguinte teoria:

- (A) Extraterritorialidade incondicionada.
- (B) Territorialidade mitigada.
- (C) Territorialidade temperada.
- (D) Extraterritorialidade condicionada.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NA COMARCA DE BELO HORIZONTE, INCLUÍDOS OS JUIZADOS ESPECIAIS

PROVA DISSERTATIVA – PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 01/2018

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado;
2. A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção;
3. A Prova Dissertativa deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
4. Não será corrigida a prova dissertativa que:
 - a) estiver escrita a lápis;
 - b) não observar as orientações presentes no caderno de questões;
 - c) contiver identificação fora do local apropriado;
 - d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
 - e) estiver em branco;
 - f) não abordar o tema proposto.

Tema: “Os obstáculos que os jovens enfrentam para ingressarem no mercado de trabalho”

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO 1

Quanto mais jovem, mais difícil é encontrar oportunidade no mercado de trabalho. É o que aposta a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do quarto trimestre, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O índice de desemprego no País é de 11,8% e a faixa etária que sofre com a falta de oportunidade vai dos 14 aos 17 anos (39%) e dos 18 aos 24 anos (25,3%). A falta de experiência seria o maior empecilho para os jovens em busca de uma carreira profissional.

Fonte: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/2869888/jovens-encontram-dificuldades-em-ingressar-no-mercado-de-trabalho> (fragmento)

TEXTO 2

Com o mercado cada vez mais competitivo, faz-se necessário um grande investimento na formação e qualificação de talentos. Diante disso, muitos jovens têm encontrado no Programa Aprendiz uma oportunidade para ingressar no mundo do trabalho. A Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000 ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, estipula que as empresas devem contratar jovens efetivos na condição de aprendizes. O percentual de contratação é definido pelo porte das empresas. O número equivalente varia entre um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários.

O alvo do Programa são os jovens com idade entre 14 e 24 anos incompletos, do ensino fundamental, ensino médio ou ensino técnico completo ou cursando. O Programa exige que esses jovens façam a complementação educacional em uma entidade de aprendizagem, concomitantemente à atividade desenvolvida na empresa. É uma excelente oportunidade de as empresas receberem uma quantidade de jovens educacionalmente mais despreparadas, com a condição de profissionalizá-los e aproveitá-los em seu quadro de funcionários após o período de realização do programa.

Fonte: <http://viadeacesso.org/situacao-do-jovem-frente-a-criese-no-mercado-de-trabalho/> (fragmento)

TEXTO 3

A crise econômica e a taxa de desemprego assombram o país desde 2013, quando ocorreram grandes demissões em fábricas por toda a indústria brasileira, fechando diversos postos de operação. Desde então, os números e as previsões se mantiveram negativos e sendo impactados pela economia e pelas dificuldades impostas pela turbulência na área da política.

No início de 2017, a realidade e os dados continuaram ruins, afetando muitos trabalhadores e suas famílias. A taxa chegou a 13%, ou seja, com 13,5 milhões de desempregados. Somente no segundo trimestre do ano, os números passaram a indicar uma mudança de tendência e a mostrar sinais de que a crise está recuando com expectativas favoráveis para o mercado de trabalho em 2018. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a primeira queda significativa dos índices de desemprego no país ocorreu no segundo trimestre do ano.

Esse fenômeno não ocorria desde o final de 2014. Esses dados injetaram otimismo para economistas e para a população em geral, fazendo com que todos voltassem o olhar para o ano que se aproxima e passassem a pensar nas expectativas do mercado de trabalho para 2018.

Fonte: <http://famesp.com.br/expectativas-mercado-de-trabalho-para-2018/> (*fragmento*)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos prévios adquiridos ao longo de sua formação redija um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Ele tem de ser escrito em modalidade escrita formal da Língua Portuguesa sobre o tema: ***Os obstáculos que os jovens enfrentam para ingressarem no mercado de trabalho.***

ATENÇÃO: Seu texto deverá:

- ater-se ao tema proposto e possuir argumentos bem fundamentados;
- ser escrita em prosa e fazer uso da modalidade escrita culta da Língua Portuguesa;
- conter um mínimo de 20 linhas e máximo de 30;
- ser escrita em letra legível, de tamanho normal e à tinta;
- conter um título;
- apresentar proposta de intervenção que respeite os direitos humanos;
- selecionar, organizar e relacionar, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista;
- ser autoral, ou seja, não conter cópias dos textos motivadores.

RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	